

2ª ATERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA

KUNTZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ/ME Nº. 16.829.264/0001-92

OAB/SP Nº. 14.142

Que fazem entre si, se um lado,

i) LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA SANTOS KUNTZ, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº. 33.422.621-1 SSP/SP, inscrito na perante o CPF/ME sob o nº. 215.595.768-80 e a OAB/SP sob o nº 307.123, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade e Estado, na Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04567-060, ("EDUARDO");

e, de outro,

ii) MARCO ANTONIO ALONSO DAVID, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº. 24.992.761-5 SSP/SP, inscrito perante o CPF/ME sob nº. 227.592.878-23 e a OAB/SP sob o nº. 309.554, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade e Estado, na Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04567-060, ("MARCO"),

sócios representantes da integralidade do Capital Social da KUNTZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS, sociedade simples, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº. 16.829.264/0001-92 e a OAB/SP sob o nº. 14.142, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04567-060, com seu Ato Constitutivo ("Contrato Social") devidamente registrado perante a referida Autarquia nas fls. 270/277 do Livro nº. 1026-A, na sessão de 03/03/2022, ("Sociedade"),

RESOLVEM, por unanimidade e sem reservas, APROVAR:

a) a ALTERAÇÃO do endereço da sede da Sociedade DA *Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04567-060* PARA *Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Ribeiro do Vale, nº. 152, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04568-000*, com a consequente alteração da redação do Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do Contrato Social, a qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: (...)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Ribeiro do Vale, nº. 152, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04568-000";

b) a CONSOLIDAÇÃO do Contrato Social da Sociedade, o qual passa a vigor nos termos abaixo dispostos:

AVERBADO EM
30/06/2022
OAB SP – DSADV

CONTRATO SOCIAL DA

KUNTZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ/ME Nº. 16.829.264/0001-92

OAB/SP Nº. 14.142

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade denomina-se “KUNTZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS”, doravante denominada simplesmente (“Sociedade”).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Ribeiro do Vale, nº. 152, cj. 181, 18º andar, Cidade Monções, CEP 04568-000.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser abertos e fechados escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre sob responsabilidade direta de um dos sócios, respeitada a obrigação de inscrição de todos os sócios e da própria Sociedade, bem como a devida comunicação à seccional do registro original.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade terá por finalidade a prestação de serviços profissionais de advocacia e consultoria jurídica em geral a pessoas físicas ou jurídicas, no local da sede ou em qualquer outro foro do território brasileiro e no exterior.

CAPÍTULO III – DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (*dez mil reais*), dividido em 10.000 (*dez mil*) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00 (*um real*), totalmente integralizado em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios:

Sócios	Nº de quotas	Valores	%
LUIZ EDUARDO DE ALAMEIDA SANTOS KUNTZ	9.000	R\$ 9.000,00	90
MARCO ANTONIO ALONSO DAVID	1.000	R\$ 1.000,00	10
TOTAL	10.000.	R\$ 10.000,00	100

CAPÍTULO IV – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA QUARTA: Além da Sociedade, os sócios respondem subsidiariamente e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, nos termos do Provimento nº. 112/2006, art. 2º, XI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No que disser respeito a atos e omissões pessoalmente praticados, tanto no aspecto profissional quando ao societário, que causarem prejuízos à Sociedade, inclusive por ressarcimentos a terceiros, o sócio faltoso deverá cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

AVERBADO EM
30/06/2022
OAB SP – DSAOV



Página 2 de 6

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: A administração da Sociedade será exercida, exclusivamente, pelo sócio **LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA SANTOS KUNTZ**, que fará jus a “*pro labore*” conforme fixado em reunião de sócios, e que, representará a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e praticará todos e quaisquer atos necessários ao seu regular funcionamento, podendo, inclusive, abrir, manter, movimentar e encerrar contas bancárias, adquirir, alienar e onerar quaisquer bens e direitos da Sociedade, firmar compromissos e termos de responsabilidade de qualquer espécie, requerer e assinar quaisquer instrumentos públicos ou privados, bem como nomear e constituir procuradores mandatários “*ad judicium*” e “*ad negotia*”, inclusive para movimentar contas bancárias da Sociedade na ausência eventual do sócio administrador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações societárias serão adotadas pelo voto representativo da maioria de 60% (*sessenta por cento*) do Capital Social, sendo que cada quota possuída na Sociedade dá direito a um voto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assunção de dívida, alienação ou oneração de quaisquer bens e direitos da Sociedade em valor superior a R\$ 10.000,00 (*dez mil reais*) deverá ser firmada necessariamente pelo sócio **LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA SANTOS KUNTZ** sob pena de nulidade absoluta.

PARÁGRAFO TERCEITO: é absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos de favor, mesmo que a benefício dos próprios sócios.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS SOCIAIS

CLÁUSULA SEXTA: O Exercício Social inicia-se primeiro de janeiro e finda em trinta e um de dezembro de cada ano calendário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhum dos sócios da Sociedade poderá manter com ela, vínculo de emprego ou de trabalho assalariado, devendo receber da Sociedade remuneração composta de uma parcela de “*pró-labore*” e outra de distribuição de lucros e resultados, quando for o caso, a serem fixados no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e resultados, positivos ou negativos, que advierem das atividades da Sociedade, poderão, conforme o caso, ser desproporcionalmente partilhados entre os sócios, a qualquer tempo e na forma da legislação fiscal aplicável de acordo com o que venha a ser deliberado pelo sócio que, isoladamente, detenha a maioria do capital social, ou pelos sócios que, em conjunto, detenham essa maioria.

CLÁUSULA SÉTIMA: Salvo expresso ajuste em contrário, adotado por deliberação dos sócios, os honorários devidos por terceiros, incluindo honorários de sucumbência, ainda que atribuído individualmente a qualquer um dos sócios, são considerados como devidos exclusivamente à Sociedade.

AVERBADO EM
30/06/2022
OAB SP – DSADV



CAPÍTULO VII – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, sendo lícito, entretanto, aos sócios determinar sua dissolução, desde que deliberado em Assembleia pelo voto da maioria de 60% (*sessenta por cento*) do capital votante, nesse caso, indicando a destinação do Capital Social.

CAPÍTULO VIII - CESSÃO DE QUOTAS, FALECIMENTO, RETIRADA, SUCESSÃO E EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLAUSULA NONA: Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, no todo ou em parte, a qualquer título, sem o consentimento prévio e expresso dos demais sócios, que, em igualdade de condições, terão preferência para adquiri-las, conforme disposto abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Qualquer sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, deverá comunicar sua intenção aos demais sócios, por escrito, devendo informar todas as condições do negócio e, se houver, o nome do interessado adquirente, caso em que assistirá aos sócios remanescentes o direito preferencial de adquirir quotas do sócio ofertante, no prazo de até 45 (*quarenta e cinco*) dias do recebimento da referida comunicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se mais de um sócio manifestar a intenção de adquirir as quotas ofertadas e não houver acordo para o respectivo rateio, a divisão entre eles observará a proporção de suas participações no capital da Sociedade, calculada com exclusão das quotas objeto da oferta e das de eventual sócio que não tenha exercido o direito de preferência ou a ele tenha renunciado expressamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se as quotas do sócio ofertante não forem adquiridas pelos demais sócios, a Sociedade poderá adquirir as quotas ofertadas, sem redução do Capital Social no caso de utilização de reservas disponíveis. Não sendo as quotas ofertadas adquiridas pelos sócios remanescentes ou pela Sociedade, poderão as mesmas ser cedidas e transferidas a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO: A concordância dos demais sócios com a cessão e transferência das quotas em favor de terceiro estranho à Sociedade, manifestada pela intervenção de todos eles no respectivo instrumento de alteração contratual, dispensa o cumprimento das formalidades previstas nesta Clausula.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica preservado a qualquer dos sócios remanescentes, independentemente de sua participação no Capital Social da Sociedade, o exercício do direito de oposição à entrada de terceiro estranho à Sociedade, a qual, para que produza os efeitos legais, deverá ser formalizada à Sociedade, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da data que formalmente forem notificados quanto a cessão das quotas do sócio retirante ao referido terceiro estranho à Sociedade.

AVERBADO EM
30/06/2022
OAB SP -- DSADV



PARÁGRAFO SEXTO: Qualquer negócio efetuado com violação, infringência ou descumprimento ao disposto neste artigo será considerado inválido, não sendo oponível nem produzindo efeitos com relação à Sociedade e aos seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA: A morte, ausência declarada, interdição, exclusão, retirada, dissolução etc. de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que continuará com o(s) sócio(s) remanescente(s), em conformidade com as disposições abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de falecimento, ausência ou interdição de um dos sócios, o cônjuge-meeiro, os herdeiros, legatários, o curador ou seus sucessores a qualquer título somente substituirão o falecido, interdito ou ausente, na Sociedade, desde que advogados e mediante prévio e expresse consentimento dos sócios representando a maioria do Capital Social remanescente. Não sendo admitidos à Sociedade o cônjuge, herdeiros, legatários, curador ou sucessores a qualquer título, a participação do sócio falecido, ausente, interdito ou dissolvido terá o tratamento previsto abaixo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os haveres do sócio falecido, declarado ausente, interditado, excluído, dissolvido ou retirante, no caso de dissidência na forma prevista em lei, serão apurados com base no valor de suas quotas, apurados por meio de laudo especialmente levantado para tanto, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, contados da data do evento, calculado com base nos critérios a seguir especificados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor das quotas em questão deverá ser apurado considerando, além dos ativos e passivos tangíveis da Sociedade, o sistema de Fluxo de Caixa Descontado, tendo por base a data da efetiva saída do sócio falecido, declarado ausente, interditado, excluído, dissolvido ou retirante.

PARÁGRAFO QUARTO: O valor apurado das quotas do sócio falecido, declarado ausente, interditado, excluído, dissolvido ou retirante, consubstanciar-se-á nos haveres, devendo, se positivo, ser pago em até **12 (doze)** prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira **60 (sessenta)** dias da data do Laudo.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Na hipótese de redução da sociedade à unipessoalidade, observar-se-á a necessidade de o sócio remanescente manifestar seu interesse de prosseguir com a sociedade, respeitando-se o prazo máximo previsto no artigo 5º do Provimento nº 112/06. Contudo, não se poderá afastar a dissolução da sociedade quanto aos sócios que originalmente a integram.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As alterações do contrato social somente poderão ser adotadas pelos votos representativos da maioria de **60% (sessenta por cento)** do capital social, sendo que cada quota possuída na Sociedade dá direito a um voto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A liquidação da Sociedade, na hipótese de antecipação do termo da mesma, obedecerá ao processo estabelecido em lei, devendo ser nomeado liquidante um sócio ou um terceiro, escolhido pelos sócios que representem a maioria do capital social.

AVERBADO EM
30/06/2022
OAB SP – DSADV


Página 5 de 6

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente instrumento.

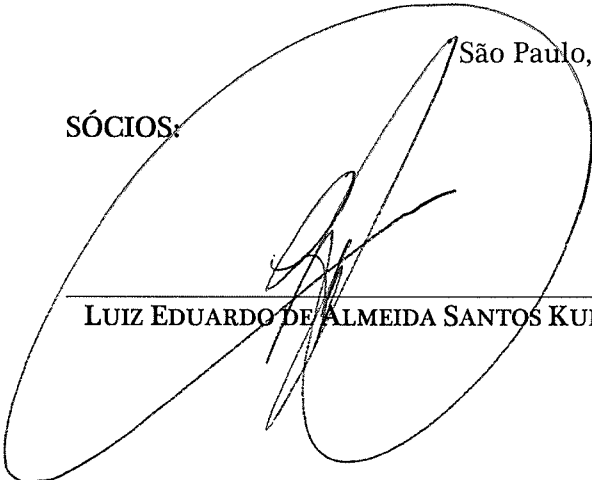
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não exercem cargos ou ofícios públicos que originem impedimento ou incompatibilidade em face do disposto no Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados, no âmbito desta Seccional, e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de participar de Sociedades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os casos omissos nesse contrato social serão resolvidos por decisão do sócio que, isoladamente, detenha a maioria do capital social, ou pelos sócios que, em conjunto, detenham essa maioria.

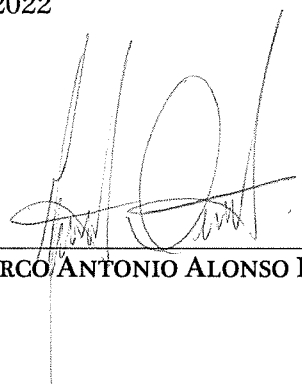
E, por estarem juntos e contratados, assinam o presente instrumento em 4 (*quatro*) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas, para que surta seus efeitos de direito.

São Paulo, 30 de maio de 2022

SÓCIOS:




LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA SANTOS KUNTZ

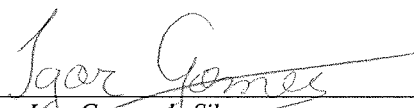


MARCO ANTONIO ALONSO DAVID

Testemunhas:



Nome: Juliana dos Santos Souza
RG nº.: 49.465.206-8 SSP/SP
CPF/ME nº.: 396.956.178-75
Endereço: Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, Cidade Monções,
São Paulo/SP
CEP: 04567-060



Nome: Igor Gomes da Silva
RG nº.: 544.139.173-SSP/SP
CPF/ME nº.: 517.289.098-05
Endereço: Rua Pitu, nº. 72, cj. 181, Cidade Monções,
São Paulo/SP
CEP: 004567-060

O presente instrumento de ALTERAÇÃO CONTRATUAL foi AVERBADO, nesta data, às fls. 133/138 do Livro nº 1066-A de Registro de Sociedades de Advogados.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL -
SEÇÃO DE SÃO PAULO - CNPJ 43.419.613/0001-70.
SÃO PAULO EM 30 DE JUNHO DE 2022.



DANIELA MARCHI MAGALHÃES
DIRETORA SECRETÁRIA GERAL



MARIA APARECIDA FERREIRA
DEPARTAMENTO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS